

---

## 064ª SESSÃO ORDINÁRIA 08JUL2015

(Texto com revisão final.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** A Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**A SRA. SOFIA CAVEDON:** Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, nós queremos cumprimentar e abraçar com muito carinho os colegas municipais de todas as Secretarias que hoje chegam aqui num momento de epílogo, de expectativa de que terminemos com a grande angústia do questionamento dos nossos cargos, salários, carreiras e de dificuldades de entendimento com o Executivo, por quase um ano. E, agora, resultado de uma greve – valorosa greve dos municipais –, chega a esta Casa um texto construído em consenso, estudado pela categoria em assembleia, trabalhado pelas direções, associações, Simpa, com os nossos colegas funcionários, colegas da Prefeitura. Nós entraremos logo na Ordem do Dia – e esta é a nossa prioridade. Estamos apenas aguardando uma Mensagem Retificativa que chega do Executivo com as mudanças solicitadas pela categoria através do Simpa. Nós não as conhecemos todas – nós, Vereadores –, mas creio que é uma construção de poucas mudanças a partir da avaliação que vocês fizeram.

A nossa Bancada do Partido dos Trabalhadores quer, neste espaço de liderança, primeiro, parabenizar essa categoria, que está sendo superparticipativa, que tem sido crítica e vigilante, corajosa, muito razoável, adequada e que foi muito pouco compreendida. Desde que o Ministério Público levantou o questionamento do efeito cascata, a categoria tem buscado diálogo, preparou um projeto de lei alternativo dizendo o que queria que substituísse os mecanismos ilegais, que, na nossa opinião, não são. Na nossa opinião, há uma contradição enorme neste País, em especial dos órgãos que questionam o nosso plano de cargos e salários quando tratam dos seus próprios privilégios, dos seus próprios planos.

A categoria, desde o meio do ano passado, se mobiliza. E foi surpreendida por um projeto nesta Casa – é bom que os Vereadores todos lembrem –, no final do ano, no dia 20 de dezembro, e estavam os municipais todos aqui pedindo que esta Casa não votasse,

---

porque havia uma tentativa de votá-lo em Regime de Urgência. E é bem importante que esta Casa conheça, saiba qual o processo de drama vivido pela categoria. Quantos colegas contam ali nos dedos o ganho de cada avanço, a formação que faz, o tempo de serviço, todo o esforço e o acúmulo de uma vida, para alguns faltam meses para se aposentar, tem mudança na aposentadoria, tem Previmpa, tem regra nova e, daqui a pouco, nada vale! Daqui a pouco pode ter uma perda de 30%. E o seu Governo, que diz que está defendendo, tinha enviado um projeto para cá que criava uma novidade que a nossa categoria nunca aceitou: parcela autônoma, uma parcela que poderíamos perder, que poderíamos não levar para a aposentadoria, que inclusive era um atestado de que nós tínhamos feito algo incorreto, que nós não aceitávamos. De outro lado, na outra ponta, era um projeto de lei que aplicava, pura e simplesmente, a partir de então, o nosso plano de carreira no básico; ou seja, condenava a perdas salariais quem está no meio do caminho, os novos funcionários públicos e quem estava quase a se aposentar. Era impossível a categoria aceitar, o Governo dizia que era solidário, que estava defendendo a categoria, mas, por outro lado, aplicava um dispositivo que trazia perdas, que desrespeitava, que não dialogava com essa valorosa categoria.

Nós queremos, na liderança do PT, lamentar profundamente que esse tema tenha sido carregado e levado para a data-base, para a hora da discussão da recuperação salarial, a hora da discussão de uma série de pontos que são pontos importantíssimos que a categoria municipal tem acumulado e que quer avançar, como é, sim, o plano de saúde insuficiente, como é plano de carreira para os diferentes funcionários, que agora nós consagramos no Plano Municipal de Educação, mas com prazo muito largo. Dizia que lamentamos, mas este momento hoje é momento de festa, de alegria, de harmonia. E encerro, Presidente, dizendo que, na segunda-feira, o conjunto das Comissões neste plenário votou por unanimidade, sem emendas, respeitando que essa foi uma conquista dura, lutada pelo conjunto da categoria, numa greve valorosa de 14 dias, num ano de luta, num ano de angústia, num ano de incompreensões e de falta de diálogo! O conjunto dos Vereadores votou sem emendas, respeitando essa caminhada. E isso é um respeito que o Legislativo aponta para vocês, atenuando o drama de todo esse tempo. Parabéns pela linda conquista, valorosa categoria municipal!

(Não revisado pela oradora.)

---

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** A Ver.<sup>a</sup> Fernanda Melchionna está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**A SRA. FERNANDA MELCHIONNA:** Boa tarde, companheiros, companheiras. Em nome da Liderança do PSOL, portanto em meu nome e do Ver. Alex Fraga – também um colega municipal, professor do nosso Município –, queremos cumprimentar o conjunto da categoria, querido João Ezequiel, colegas lutadores e lutadoras do Sindicato dos Municipários de Porto Alegre, o Cores, por essa luta que vocês tiveram que fazer para garantir que a categoria não perdesse nenhum centavo a menos. Nós não temos dúvida de que, hoje, a votação do projeto do efeito cascata é uma conquista enorme para os municipais e municipais de Porto Alegre. Nós não temos nenhuma dúvida de que os autores dessa conquista estão sentados nas galerias na tarde de hoje, uma categoria que, durante 14 dias, lutou arduamente na cidade de Porto Alegre para garantir que a irresponsabilidade dos governos não significasse 30% a menos de salário para cada municipal e municipal, para que não significasse o arrocho dos salários, Everaldo, para o futuro da carreira de vocês. Uma carreira que, aliás, é suada; há muito tempo se reivindica um plano de carreira de verdade, que garanta a valorização e a qualificação dos municipais e municipais de Porto Alegre.

Então, nós, neste período de liderança, esperando para entrar na Ordem do Dia, queremos parabenizá-los, porque, muitas vezes, na história, tratam de tirar, Carmen, o sujeito das conquistas, e nós sabemos quem são os sujeitos das conquistas – são os trabalhadores municipais do Município de Porto Alegre, que foram obrigados a fazer uma longa greve, uma greve com muitas formas de mobilização, para arrancar do Governo Municipal um projeto que garantisse direitos para o conjunto da categoria, ainda mais se nós levamos em consideração este momento histórico que o Brasil está vivendo, em que a lógica dos governos têm sido retirar direitos dos trabalhadores.

Ontem, o Município de Porto Alegre viveu uma grande marcha, com 15 mil funcionários públicos estaduais protestando diante do desgoverno Sartori, que quer atribuir ao funcionalismo a culpa da irresponsabilidade dos governos, das isenções fiscais milionárias, da dívida pública do Estado com a União, que nunca foi questionada, feita lá no tempo do Fernando Henrique e do Britto, com juros onerosos para o Rio Grande do Sul, e sendo paga sistematicamente por todos os governos que passaram. Lá na

---

Assembleia Legislativa tem um projeto de Diretrizes Orçamentárias que congela o salário do funcionalismo por dois anos, no mínimo, além de um pacote de maldades que está sendo costurado para privatizar as nossas estatais.

Neste momento estamos vendo o aumento do desemprego, o aumento do custo de vida e a tentativa sistemática da retirada de direitos dos trabalhadores, como é o projeto da terceirização, que passou pelo Congresso Nacional e que agora vai para o Senado, que é um problema enorme, é como rasgar a CLT e colocar os nossos trabalhadores e as nossas trabalhadoras em péssimas condições de trabalho; como os ajustes da Dilma, que fazem com que os trabalhadores percam direitos de acesso ao seguro-desemprego. E, agora, vemos a redução de salários, nesse programa que foi apresentado ontem, que é um escândalo e um ataque brutal aos trabalhadores brasileiros: imaginem, de um dia para o outro, alguém dizer para vocês que reduziram 30% dos seus salários! Como garantir o pagamento das contas, da moradia, da alimentação, que está um assalto no supermercado, da taxa de juros que massacra a classe trabalhadora brasileira?

É nesse contexto que os municipais e as municipais de Porto Alegre saíram vitoriosos, é nesse contexto de uma greve heroica, que conseguiu dobrar a intransigência do Governo e fazer com que aquele projeto de dezembro não fosse votado, um projeto que tinha intenção clara de fazer caixa com o salário de vocês, e o projeto foi retirado da Câmara de Vereadores. Mais que isso, vocês conseguiram fazer com que um projeto concreto, construído com o conjunto da categoria, como vitória de uma greve dos trabalhadores, chegasse à Câmara de Vereadores. E nós esperamos que ele seja votado de forma célere e, sobretudo, de forma unânime pela Câmara de Vereadores de Porto Alegre, porque é preciso respeitar a conquista dos trabalhadores e é preciso respeitar quem constrói a história de luta do Município de Porto Alegre e, sobretudo, da carreira de vocês. Nós não temos nenhuma dúvida: esse projeto não é presente, esse projeto é conquista da luta. (Palmas.)

(Não revisado pela oradora.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

---

**O SR. CLÁUDIO JANTA:** Sr. Presidente, trabalhadores e trabalhadoras municipais que se encontram nesta Casa. Hoje, quanto ao projeto que nós devemos votar aqui nesta Casa, quero dizer que é uma pena que os restantes dos trabalhadores brasileiros não possam estar comemorando assim como vocês, com avanço nas negociações de um Plano de Cargos e Salários. Novamente, o Governo Federal mete a mão no bolso dos trabalhadores brasileiros. O Governo Federal, através de uma nova medida provisória, anuncia a retirada de dinheiro do bolso dos trabalhadores quando faz um plano de demissão, com o rótulo de um programa de proteção ao emprego, propondo que as empresas reduzam a jornada dos trabalhadores e reduzam o salário dos trabalhadores! Os governos vêm propondo isso: escravizar os trabalhadores, quando propuseram, tempos atrás, o banco de horas! Quando embutiram, tempos atrás, a terceirização que virou a precarização e que, hoje, é parte nos governos municipais, estaduais e federais para burlar a Lei de Responsabilidade Fiscal! E já virou atividade no mundo do trabalho! Agora, faz um plano mirabolante beneficiando as grandes empresas! Hoje, sai nos jornais a realidade desse plano, onde beneficia um setor que vem sempre mamando na teta do Governo, um setor que sempre vem ganhando benefícios! Ganhou isenção fiscal até agora do Governo Federal, deixando sem ganhar uma garantia os seus trabalhadores! E nós sempre denunciemos isso! Ganharam um monte de isenção fiscal, redução de IPI, e sei que esse dinheiro saiu dos Municípios! E, agora, o Governo faz mais uma benesse, tirando dos trabalhadores – já tirou o seguro desemprego, já tirou o seguro defeso, já tirou das pensionistas – 30% dos seus salários para beneficiar os tubarões da economia brasileira. A lista saiu hoje: são as montadoras que ganham um dinheiro incalculável neste País, e também o maior dono de bancada no Congresso Nacional, os frigoríficos – está na relação que saiu nos jornais de hoje. E quem mais, que está na capa dos jornais – pasmem – desde o início do ano? As construtoras! Os amigos do rei serão novamente os beneficiados com esse plano, com essa medida provisória que vem, novamente, tirar direitos dos trabalhadores. Mas nós protocolamos hoje uma emenda junto com esse novo pacote de maldades do Governo Federal, com essa medida esdrúxula do Governo Federal. Já que querem quebrar o Brasil e, principalmente, o Fundo de Amparo aos Trabalhadores, que seja pago todo o salário dos trabalhadores, que essa redução seja paga, todinha, para os trabalhadores, e principalmente que não seja selecionada empresa nenhuma, mas que toda empresa possa aderir a esse plano, principalmente as maiores

---

---

empregadoras deste País, que são as pequenas e médias empresas! Setenta por cento dos empregos gerados neste País são da pequena e média empresa. Então, que essas sejam as principais beneficiadas, não os tubarões que ficam extorquindo o Governo, as prefeituras, o povo brasileiro, e levando esse dinheiro para fora, roubando do povo brasileiro. Apresentamos essa emenda a essa esdrúxula medida provisória, que beneficia todos os trabalhadores... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) Com muita garra, como tiveram os trabalhadores municipais, acreditando, e como sempre dissemos que esta Casa resolveria o problema sem que perdessem nenhum centavo das suas receitas, dos seus salários. Nós temos certeza de que os trabalhadores brasileiros, unidos, não vão perder nenhum centavo dos seus salários! Com muita força, fé e solidariedade, nós vamos seguir lutando para melhorar a vida dos trabalhadores do Brasil. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** A Ver.<sup>a</sup> Jussara Cony está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**A SRA. JUSSARA CONY:** Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, companheiros municipais liderados pelo seu sindicato, o Simpa, e por demais entidades que se encontram, hoje, neste plenário. Eu tenho dois agradecimentos a fazer, e vou fazer no meu tempo de liderança, relativos à principalidade da Sessão de hoje nesta Casa. Primeiro, a V. Exa., Ver. Mauro Pinheiro, Presidente desta Casa, por ter me honrado com a indicação para ser a relatora no projeto da Mensagem Retificativa relativa ao efeito cascata, enviada pelo Executivo. Quero lhe dizer que, não só como Vereadora Líder do PCdoB, hoje da oposição, mas também como Presidente da Frente Parlamentar em Defesa dos Servidores Administrativos e do Serviço Público, eu me sinto honrada com a confiança de Vossa Excelência. É uma maneira que eu tenho, neste momento, de diálogo, tanto com meus colegas Vereadores, quanto com a categoria dos municipais, quem quero cumprimentar pela histórica luta, não só em relação a esse projeto, mas a histórica luta que não é apenas uma luta comunicista, mas é uma luta política, para garantir, na ponta, as políticas públicas para os trabalhadores e para o povo da cidade de

---

Porto Alegre. Nós todos sabemos que com a alteração da norma constitucional em 1988, as administrações dos entes federados se tornaram obrigadas a alterar o regime de remuneração dos serviços públicos da Administração Direta e Indireta. Eu quero passar isso aqui que consta no relatório, que, depois, vai ser disponibilizado para as entidades representativas da categoria: após a notícia da procedência do pedido ministerial, por decisão do Tribunal de Justiça do Rio Grande, houve um justo e grande temor dos servidores municipais, e esse justo e grande temor dos servidores, exatamente para garantir os seus direitos, se manifestou em jornadas históricas de luta. Por quê? Porque uma alteração judicializada podia significar muitas perdas, sob o ponto de vista da remuneração, em valores de percentuais de até 30%. E isso não é justo para uma categoria que faz carreira, que entra em carreira por concurso público e que são servidores do Município.

Então, o Sindicato dos Municipários iniciou uma importante luta no sentido de garantir junto ao Poder Executivo que a categoria dos trabalhadores não tivesse nenhum prejuízo, com uma campanha importantíssima e vitoriosa: “Nenhum centavo a menos”, depois adicionada, também, de “nenhum a mais”, no processo de negociação com o Executivo. No final de 2014, o Governo Municipal apresentou dois projetos de lei que garantiam a irredutibilidade da remuneração, porém esses projetos não garantiam os planos de carreira – o que considero a questão de fundo –, trazendo prejuízos para o futuro funcional dos servidores.

Diante desse quadro, os servidores perceberam que sofreriam prejuízos com as propostas apresentadas pelo Executivo, e iniciou-se uma nova etapa de luta. Estou lendo aqui o relatório apresentado e aprovado na última Sessão, por unanimidade, nesta Casa. E é nesse momento que agradeço aos Vereadores de todos os partidos terem aprovado essa relatoria, porque ela é fruto de uma luta intensa do Sindicato dos Municipários, como um todo, numa articulação política em que esta Câmara teve um papel importante. E quero destacar o papel do Líder do Governo, Kevin Krieger, e nosso papel como oposição, mas sempre em contato com os nossos Pares para que pudéssemos votar hoje uma lei, um projeto, uma mensagem retificativa, que é fruto da luta e da garantia do trabalho e por justiça aos servidores municipais!

Vou voltar a esta tribuna como Relatora, em tempo de oposição e na hora da discussão, mas quero finalizar, até o momento em que chego aqui, dizendo que a luta dos servidores



---

foi estratégica e continuará sendo para que Porto Alegre possa, em determinados momentos, ter articulações políticas em favor do seu povo. (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) Continuarei depois na discussão, para que vocês tenham o conhecimento todo do relatório, os Vereadores já têm conhecimento, tanto que aprovaram. Todas as Comissões participaram desse relatório e todas elas aprovaram, porque é um relatório feito numa articulação política ampla e com a participação dos trabalhadores. Eu quero finalizar agradecendo agora aos municipais pela moção de apoio da categoria, em função da votação e da ação que nós tivemos nesta Casa no momento da votação do Plano Municipal de Educação. Quero agradecer, emocionada, a vocês, porque essa moção de apoio reafirma nossas convicções e nos dá a dimensão da luta que nós temos ainda pela frente! Reforça nossas convicções com relação à luta que todos nós temos pela frente, homens e mulheres, para que nós não tenhamos que viver mais numa sociedade onde a violência, a discriminação e a pressão caiam sobre parcelas significativas do nosso povo. Essa moção de vocês é da luta emancipacionista das mulheres e dos homens, da luta emancipacionista daqueles que querem uma sociedade igualitária e de paz. Muito obrigado, estou mesmo emocionada, queria dizer mais coisas, mas, às vezes, a emoção diz mais do que a própria razão, e é disso que se trata, porque foi com muita emoção que todos nós – não é, Alex? – vimos este momento chegar a ponto de termos um projeto construído dessa maneira para votar por... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pela oradora.)

**O Sr. Prof. Alex Fraga:** Sr. Presidente, solicito, em meu nome e no da ATEMPA, um minuto de silêncio pelo falecimento do Sr. Jefferson Rosa de Almeida, professor de geografia do Município e um lutador da educação.

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** Deferimos o pedido.

(Faz-se um minuto de silêncio.)



---

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** O Ver. Bernardino Vendruscolo está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO:** Presidente, Ver. Mauro Pinheiro; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, cumprimento o público que comparece a esta Casa hoje, servidores do Município de Porto Alegre. Presidente, pedi para falar em Liderança, pois, todos sabem, estou presidindo a CPI que investiga a aplicação de recursos públicos nos festejos farroupilha, e hoje pela manhã tivemos mais uma reunião. Quero cumprimentar os Vereadores que contribuíram para que pudéssemos ter uma manhã proveitosa. Quero, também, Vereadores, porque nós sofremos muitas críticas quando enfrentamos questões polêmicas, e esta é muito polêmica, esta é uma questão extremamente dolorida porque nós jamais dissemos... Não somos contra o Acampamento Farroupilha, os festejos farroupilha, muito pelo contrário, este Vereador é um Vereador que, sem sombra de dúvida, nos últimos anos, têm lutado para uma valorização da cultura regional gaúcha. Eu extraí dos documentos que me foram enviados uma única peça, que é simbólica para os servidores que aqui estão tomarem conhecimento do quão importante é a realização desta CPI. Este documento está ampliado, mas é um demonstrativo das receitas, de parte das receitas do ano de 2011. Aqui temos várias entidades, inclusive, por sinal, não vem ao caso, mas só para fazer o registro, a própria Petrobras - não tem nada de algo, só para registrar. Temos aqui as questões da TIM, da Schincariol, da Souza Cruz, da Nestlé, da Braskem, da Eletrosul, da Simpala, Sky, Bradesco. Olhem só, senhores, esse documento circulou, feito pela Fundação Cultural Gaúcha/MTG, para servir de prestação de contas. Esse documento circulou na Fundação Cultural Gaúcha, no MTG, na Secretaria Municipal da Cultura, na Fazenda, na Procuradoria-Geral. E, pasmem, jamais imaginei que neste demonstrativo que aqui está, se olharmos aqui dá uma soma de R\$ 1 milhão, 869 mil e 405, quando na verdade tem exatamente R\$ 50 mil a mais. Por favor, todos nós sabemos que hoje, com uma planilha de Excel, uma calculadora, não há como alguém cometer um equívoco desses depois de fazer todos esses caminhos. Ninguém!

Só o nosso gabinete constata que há uma diferença de R\$ 50 mil. Então, vejam os senhores que não é brincadeira! E a documentação que foi entregue – e os membros da CPI têm conhecimento disso – é um dos poucos demonstrativos, porque depois, Prof. Alex, pararam de fazer os tais demonstrativos. E este demonstrativo caminhou pelo MTG,

---

---

Fundação Cultural Gaúcha, Município, até chegar a esta Casa. (Exibe documento.) Este documento está lá no Ministério Público, que está investigando também. E amanhã levarei lá. Porque eu duvido que alguém tenha desconfiado de uma planilha feita com este formato e que pudesse ter no cálculo uma diferença de R\$ 50 mil. Então, tem, sim, desvio de recurso público! Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** O Ver. Nereu D'Avila está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**O SR. NEREU D'AVILA:** Sr. Presidente, Ver. Mauro Pinheiro; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, senhoras e senhores, quero me congratular com a nossa Câmara, principalmente com aqueles 22 Vereadores que numa noite permaneceram aqui – o Ver. Garcia foi um deles – até tarde, discutindo a favor ou contra acerca de um plebiscito para resolver o cercamento ou não do nosso cartão de visitas maior, nosso orgulho que é a Redenção, o Brique, enfim, o nosso parque com 37,5 hectares. E outros Vereadores não puderam ficar até mais tarde, porque foram colhidos pela votação que foi até, praticamente, às 23h daquela noite de 24 de junho. Mas, de qualquer maneira, a Câmara se pronunciou. E, ontem, o Pleno do Tribunal Regional Eleitoral se manifestou oficialmente favorável a que Porto Alegre se pronuncie, junto com as eleições do ano que vem, a respeito do “sim” ou “não”, que vai ser a pergunta, aliás, emenda do Ver. Professor Garcia, se será cercado ou não. Mas essa é uma questão que o povo irá decidir. O importante hoje é que, pela primeira vez na história desta Câmara com mais de 200 anos, é oferecido à população uma opção de decisão democrática a respeito de um fato muito importante que é o cercamento ou não do Parque da Redenção.

O Presidente Ver. Mauro Pinheiro e eu, há poucos dias, levamos ao Presidente do Tribunal Regional Eleitoral, Desembargador Luiz Felipe Brasil Santos, a Lei nº 11.485, aprovada por esta Casa, cujo teor então entregamos oficialmente ao Presidente do Tribunal Eleitoral. Para minha satisfação e surpresa, o Presidente do Tribunal, até então assim descontraído, declarou o seu voto, abriu seu voto, vai ser favorável ao cercamento. Mas essa é uma questão importantíssima. Hoje o jornal Zero Hora traz uma página inteira das opções acerca da votação. Uma delas é que o voto no Brasil é obrigatório; no caso do

---

---

plebiscito, que é regulamentado por uma resolução federal do Tribunal Superior Eleitoral e também por uma lei federal, são dados o atributo e a competência aos Tribunais Eleitorais Regionais, de monitorar a questão de consulta popular. Como o voto é obrigatório no Brasil, e, no ano que vem, naturalmente, a eleição será para Prefeito e Vereadores, possivelmente uma das opções que uma comissão especial do Tribunal Eleitoral está estudando é o voto em separado, que será entregue pelo presidente da mesa para o eleitor responder “sim” ou “não”, porque, no caso do plebiscito, não é obrigatório. Mas são opções que o Tribunal está estudando, e ontem foi nomeada uma comissão para dirimir essas dúvidas.

O importante para esta Casa é que, pela primeira vez na história de Porto Alegre, a população irá se pronunciar, como fazem na Europa, como fazem nos Estados Unidos, os estados americanos, que, junto com as eleições, dão opinião a respeito de outros temas pertinentes à população.

Eu queria registrar para os Anais, para a história que estamos diante algo inédito para Porto Alegre, ou seja, em vez de apenas alguns resolverem por todos, todos vão resolver, mais de um milhão de eleitores vão resolver acerca de um tema importantíssimo para a Cidade. Por isso, esta Câmara está de parabéns.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** Apregoo e defiro o Requerimento de autoria do Ver. Márcio Bins Ely, solicitando o desarquivamento do PLCL nº 007/12.

(15h02min) Havendo quórum, passamos à

## **ORDEM DO DIA**

Em discussão o PLCE nº 014/15. (Pausa.) O Prof. Alex Fraga está com a palavra para discutir o PLCE nº 014/15.

**O SR. PROF. ALEX FRAGA:** Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, público, colegas que nos assistem nas galerias e através da TVCâmara. Viemos aqui, hoje, com grande expectativa, proceder à análise, discussão e votação de um projeto que devolve a tranquilidade aos municipais da nossa Cidade; mas eu preciso me manifestar

---

quanto a méritos. Eu gostaria de prestar a devida homenagem a quem, singelamente, eu vou chamar de pai desta criança, pai deste projeto: o colega Dalvin. Parabéns! O Dalvin, que vem se debruçando sobre esse tema há muito tempo, fez o esboço, o esqueleto do projeto de lei que chega até esta Câmara para votação na data de hoje. Os pequenos ajustes feitos foram meros aprimoramentos ao projeto que, na essência, veio do cérebro do nosso colega.

Temos aqui, então, algo que tranquiliza, dá paz e devolve a harmonia aos servidores municipais da nossa Cidade. É claro que nada disso teria acontecido, porque esse projeto foi encaminhado à Prefeitura, que, no primeiro momento, não aceitou. Eu lembro do colega, aqui na Casa, fazendo a exposição das suas tabelas, dos seus cálculos – foi um momento de discussão bastante intenso. Em um primeiro momento, o projeto não servia; mas, com uma análise mais criteriosa da Prefeitura, principalmente motivada pela pressão daqueles longos dias de greve, esse projeto nasceu. Eu diria que, em tempos de discussão do parto humanizado, o pobre coitado veio a nascer via fórceps; mas, felizmente, nasceu, felizmente, está nesta Casa.

Como diziam os municipais, desde o início da sua luta: “Nem um centavo a menos, nem um centavo a mais!”. Queríamos apenas manter os vencimentos, manter o que nós tínhamos como expectativa de carreira. Temos aqui, então, nesta Casa, para apreciação, discussão e votação, o projeto referido. Então, Dalvin, parabéns! Muito obrigado pela dedicação. Eu não podia me furtar de me manifestar, fazendo uma devida homenagem ao mentor intelectual da estrutura, na qual foi baseado esse projeto de lei que corrige o tão famigerado efeito cascata.

Também gostaria de aproveitar o ensejo, já que estamos falando de plano de carreira, neste momento de dificuldade que vive a nossa Cidade – o Governo do Estado e o Governo Federal –, para convidar a todos os presentes para um debate que ocorrerá amanhã aqui, na Câmara, às 19h, na sala 301. Um debate contra os ajustes e por mais direitos. Vamos poder, de certa forma, entender melhor o que é o efeito cascata e o que ele tem a ver com toda essa questão econômica que nos envolve. Teremos como palestrante o Edmilson Todeschini, Procurador do Município, que está presente na Casa, e a nossa sempre Deputada Federal, Luciana Genro, Coordenadora da Bancada do PSOL na Assembleia Legislativa.

---

Uma boa tarde a todos, que tenhamos uma produtividade. Espero, do fundo do meu coração, que tenhamos uma aprovação unânime desse projeto que devolve a dignidade aos servidores municipais. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** O Ver. Eng<sup>o</sup> Comassetto está com a palavra para discutir o PLCE nº 014/15.

**O SR. ENG<sup>o</sup> COMASSETTO:** Sr. Presidente, meus colegas Vereadores e Vereadoras, senhoras e senhores que mantêm a cidade de Porto Alegre em funcionamento, quero dar continuidade à linha do Prof. Alex e fazer uma homenagem à luta do funcionalismo público municipal, uma homenagem a Chico Mendes. Chico Mendes desenvolveu uma tática com os seringueiros chamada “tática do empate” para coibir a derrubada da floresta e, com isso, garantir que prejuízos às comunidades ribeirinhas e todo um potencial ambiental não fosse levado adiante. O movimento que o funcionalismo público municipal, representado por vocês aqui, através de suas lideranças, foi um momento, nada mais, nada menos, do que conseguir um empate. Ou seja, não deixar que as perdas que estavam indicadas para cada um e cada uma se tornassem realidade. Vocês não tiveram nenhum ganho a mais do que as conquistas obtidas até então. E essa luta que teve que ter no meio do caminho muito diálogo, que teve que ter no meio do caminho uma greve, só aconteceu porque teve uma pedra que se chamou intolerância para o diálogo na construção de uma solução propositiva. (Palmas.) E nós, e todos os políticos, sejam eles do Executivo ou do Legislativo, não podemos, em momento algum, tirar a possibilidade do diálogo e da construção conjunta e coletiva. O ano passado, em 2014, ali na sala das lideranças, quando estava ali representando o nosso partido, o Partido dos Trabalhadores, junto com a liderança de vocês, assumimos um compromisso: não deveria ser votado nenhum projeto que tratasse da categoria A, B ou C antes de resolvermos o problema do efeito cascata. O Governo teimou e trouxe para a agenda, e sem diálogo, tratou o caso dos fazendários isolado da categoria como um todo. (Palmas.) Aquele momento foi o estopim, aquele momento foi a faísca que acendia a chama da coerência e da resistência, que motivou a greve do funcionalismo. Quero dizer que esse projeto só está aqui neste momento, com esse conteúdo e com esse acordo, porque infelizmente o

---

pág. 13

---

funcionalismo teve que endurecer para que a democracia interna, para que o diálogo pudesse acontecer. Agora, o importante é onde, também, se conseguiu chegar, mas nós não podemos nos esquecer do caminho percorrido, e de quais foram os percalços que existiram nesse caminho. Então nós votaremos hoje o fim do efeito cascata e nós estaremos garantindo, nada mais, nada menos, aquilo que já é de direito do funcionalismo público municipal. Em nosso nome, em nome do Partido dos Trabalhadores, nós entendemos que essa agenda não acaba, porque tem um tema comprometido, há dez anos foi colocado numa mesa e feito um acordo que precisa ser trabalhado para o funcionalismo público municipal um plano de carreira no qual todos possam se ver, trabalhar, conquistar e garantir a qualidade do serviço público, o futuro coletivo e individual. Portanto, eu quero aqui trazer um abraço e dizer que vocês trilharam e estiveram num caminho correto, tentando dialogar e, quando não foi possível o diálogo, endureceram, mas sem perder a ternura e a razão. E aqui está o resultado. Um grande abraço e muito obrigado.(Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** O Ver. Rodrigo Maroni está com a palavra para discutir o PLCE nº 014/15.

**O SR. RODRIGO MARONI:** Boa tarde Sr. Presidente, boa tarde demais colegas Vereadores, Vereadoras; boa tarde público que nos assiste em casa na TVCâmara; e o funcionalismo público que está aqui, mais uma vez, numa luta justa e necessária.

Quero dizer que por muito tempo... Eu, particularmente, tenho pai e mãe funcionários públicos. Minha mãe funcionária do IBGE, Ver. Airto; meu pai funcionário do Banrisul. Durante quase 20 anos sofreram de arrocho salarial, quase toda a década de 1980 e a década de 1990. Eu lembro, inclusive, na época do Presidente Collor em que o dinheiro ficou apreendido, a dificuldade que era um funcionário público ter um aumento salarial. E a greve sempre foi um instrumento necessário, um instrumento fundamental.

Há colegas aqui, ativistas, militantes do movimento social, que foram meus colegas no movimento estudantil, quando eu fui do DCE, da UNE, e que sabem que eu sempre acreditei que a mobilização de uma maneira geral, independente da categoria, independente dos avanços, ela é necessária. A luta dos trabalhadores, a luta dos

---

estudantes sempre é fundamental, independente da categoria, independente dos avanços.

Eu, quando era do DCE, Sgarbossa, me lembro bem quando ia haver um aumento – e há aqui alguns colegas, a Arine Cougo, o Gilvandro, a própria Fernanda Melchionna, minha colega de movimento estudantil naquela gestão, o Alberto Kopittke. A gente, para fazer luta, Garcia, colocamos, na época do jornalzinho da DCE, em função do aumento da mensalidade, a cara de todos os pró-reitores, para que não houvesse o aumento. Foi estruturante aquilo ali para que, naquele ano, tivéssemos mobilização e avanço e não tivesse o aumento, como não teve no ano de 2003, como desejava a Universidade.

Eu vejo, aqui, que houve muitos avanços. Eu estava vendo o material e o projeto da Relatora Jussara Cony, o plano de saúde, a garantia do pagamento da inflação parcelado, negociado, o vale-refeição, o não desconto dos dias paralisados, a reposição salarial, em três parcelas.

Quero dizer que foi fundamental a luta do sindicato e a luta da categoria. Seguramente, não tem como não se estar do lado de quem ganha menos. Eu, naquele dia, quero falar aqui – estou vendo vários colegas que em muitas lutas estiveram –, disse para o Alexandre, que é do sindicato: “Alexandre, nós temos que ter calma para negociar, e nós temos que ter calma, porque dá para votar”. No dia da votação da Fazenda.

Quero falar isso para também, agora, neste momento, parabenizar a Câmara Municipal pelo diálogo que fez, porque acho que é fundamental e estruturante os trabalhadores pressionarem. Afinal, o chefe da política, que, hoje, lamentavelmente não funciona na medida e no tempo que a gente quer, é a população. E se a política anda atrasada é o reflexo da população que elege com legitimidade da democracia a política que está colocada hoje. E nós podemos questionar, temos diferenças, aqui não pensamos igual. Agora, seguramente, a Câmara de Vereadores e o Governo terem reconhecido e aceito também foi um avanço. Eu digo isso para fazer uma provocação positiva, como eu estava falando com o Ver. Thiago, que é coordenador da Bancada. E quero dizer, Alexandre e Silvana, que agora, mais do que nunca, para colocar pressão – eu não tenho problema de aparecer ou não em foto nenhuma, sou até péssimo em foto –, hoje é dia de sair daqui com a listinha para botar amanhã no jornal do Sindicato quem votar contra vocês no Projeto. Isso é para mais uma vez pressionar, Kevin, e mostrar o Vereador que está do



---

lado da população, mas não está. Hoje é dia de mostrar quem é quem e quem está do lado de quem. Muito obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

**O Sr. Kevin Krieger (Requerimento):** Presidente, eu queria protocolar a Mensagem Retificativa Parcial ao PLE nº 017/15, que foi construída pelo Governo e pelo Simpa nas mudanças necessárias que nós estávamos esperando chegar. Nesse sentido, solicito a dispensa do envio da Mensagem Retificativa Parcial ao PLE nº 017/15 à apreciação das Comissões, para Parecer.

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** Apregoo a Mensagem Retificativa Parcial ao PLE nº 017/15.

Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Kevin Krieger. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para discutir o PLCE nº 014/15.

**O SR. MARCELO SGARBOSSA:** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, estamos num dia que, sim, comemorar, comemoraremos juntos essa conquista, uma conquista fruto de um árduo, infelizmente, como o Ver. Engº Comassetto já colocou, fez um retrocesso de todo o processo que iniciou, pelo menos, se agudizou, a partir do final do ano passado, em que houve uma verdadeira disputa, infelizmente, para não se fazer votar o primeiro projeto apresentado pelo Executivo. Depois, tivemos greves, e depois tivemos disputas, efetivamente, seja aqui, seja do comando de greve, as assembleias gerais. Eu digo isso para que a gente aprenda com o processo. Acho que é importante deixar registrado todo o processo para que isso sirva de aprendizado para futuras lutas e não se apague da memória que o que se conquistou foi a duras penas. Então, faço esse primeiro registro lembrando que será, hoje, um dia de comemoração, com a conquista dos direitos, ou seja, pelo menos a manutenção dos direitos, sem a perda, como diziam os próprios servidores e servidoras “nenhum centavo a menos.”

Não tenho como não lembrar, também, da votação que acabou por favorecer uma parte dos servidores da Fazenda e que foi fruto de uma ampla discussão aqui neste plenário, que durou até altas horas da noite. Mais uma vez, e talvez aquele seja um dos estopins

---

para a greve, porque ali a Prefeitura, infelizmente, mostrou que tinha um lado para beneficiar aqueles que já recebiam a mais, criando todo um sistema de remuneração através de pontuação e não favorecendo o conjunto da categoria, como deveria fazer.

Mas estou aqui nesta tribuna para dizer que é um dia de avançar mais, não apenas garantir os direitos. Nós temos, hoje, na nossa pauta, um projeto de lei que tramita desde 2013 e que visa avançar, seja para o benefício geral da Cidade, seja para o benefício direto dos servidores e das servidoras. Trata-se de um projeto que institui o Programa de Incentivo à Qualidade de Vida e à Mobilidade Urbana. Assim que votarmos os dois projetos que hoje são priorizados e tomam conta das nossas atenções, faremos o pedido para que ele seja um dos seguintes a ser votado. Basicamente, autoriza o Executivo Municipal a fazer horários diferenciados para os servidores e servidoras, ou seja, atendendo uma questão mais geral da Cidade, porque a Cidade, hoje, está na lógica que todo mundo precisa ir para o trabalho ao mesmo tempo e voltar ao mesmo tempo. O Decreto do Executivo nº 17.194 fala dos horários do serviço público, das 8h30min às 12h e das 13h30min às 18h, com a flexibilidade apenas de meia hora. Talvez algumas secretarias ou alguns setores já façam isso por conta própria, mas não estão autorizados legalmente. Portanto, é interessante e necessário termos uma lei que autorize o Município – lembrando que a Administração Pública só pode agir com base na autorização legislativa – a fazer horários diferenciados, individualizados e voluntariamente. Se o servidor ou servidora quiser aderir àquele horário, porque atende às suas necessidades principais, se o sujeito leva seu filho ou sua filha para a escola, num horário mais cedo, pode chegar, ao invés de 8h30min, às 7h45min, e depois sair um pouco mais cedo, desde que cumpra, logicamente, a carga horária que lhe é atribuída, desde que ele não atenda ao público. Portanto, poder fazer um horário diferenciado, me parece que teremos um ganho diretamente para o servidor e a servidora e para a Cidade toda, que não necessitará de um grupo de pessoas indo e voltando do trabalho, todos ao mesmo tempo, criando menos tempo com as famílias e menos tempo para outras atividades melhores do que trabalhar, eu diria assim.

A Ver.<sup>a</sup> Fernanda me lembrou de um projeto de sua autoria, infelizmente não está na Ordem do Dia, que amplia a licença-paternidade para um mês. Vejam, estou dizendo aqui que é momento de avançar. Hoje temos a possibilidade de votar este projeto que autoriza a flexibilização de horários. Peço para que, depois de votar e aprovar as questões

---

principais do efeito cascata, os servidores permaneçam e acompanhem a votação do projeto que visa, como eu disse, avançar e não apenas garantir direitos já conquistados no passado. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** O Ver. João Bosco Vaz está com a palavra para discutir o PLCE nº 014/15.

**O SR. JOÃO BOSCO VAZ:** Sr. Presidente, Vereadoras e Vereadores, servidores que nos acompanham nesta Sessão, é verdade que temos que parabenizar os servidores, o Simpa pela sua luta, parabenizar a Presidenta do Simpa, que, pelo menos com este Vereador, ela e seus diretores sempre tiveram um relacionamento respeitoso bem como muito respeitoso com esta Casa. Agora é preciso fazer algumas colocações.

Esta questão do efeito cascata – a senhora que está dizendo “ai, ai, ai” –, essa situação é de 1998, quando o Raul Pont era o Prefeito e não resolveu! Não resolveu! No ano passado, alguns Vereadores vieram aqui fazer terrorismo de que os funcionários não receberiam o 13º salário, de que os funcionários não receberiam os penduricalhos, assim chamados pejorativamente. Não são penduricalhos, são avanços conquistados ao longo do trabalho público; vieram para cá dizer: “Não vão receber, não vão ter dinheiro para o Natal, não vão ter isso...”, mas quando tiveram a oportunidade para resolver, lá atrás, em 1998, não resolveram! Não resolveram! Falaram exaustivamente, no final do ano passado: “Olhem, os servidores vão ter perdas agora no Natal!” Sabem, senhoras e senhores, qual foi a maior perda que os servidores tiveram? A bimestralidade, tirada pelo PT. Essa é a verdade, essa foi a perda maior dos servidores: tinham a bimestralidade e a perderam! Perderam a bimestralidade!

(Manifestações nas galerias.)

**O SR. JOÃO BOSCO VAZ:** Perderam! A democracia é ouvir e saber discutir, como a Presidente de vocês sabe. É saber discutir. Tinham que ter mandado o Raul Pont resolver, não resolveu; não tinham que ter retirado a bimestralidade, mas retiraram e vocês aceitaram quietos. Aceitaram quietos! É duro ter que ouvir a verdade!

(Manifestações nas galerias.)

**O SR. JOÃO BOSCO VAZ:** É duro ter que ouvir a verdade! Então, quero dizer aos servidores que a luta foi justa, o Simpa, seus diretores, tiveram um tratamento respeitoso para com esta Casa; agora, ninguém gosta de ouvir a verdade, Ver. Cecchim! Ninguém gosta de ouvir a verdade: perderam a bimestralidade e ficaram quietos, não foram para as ruas, não fizeram greve, tem que dizer isso!

(Manifestações nas galerias.)

**O SR. JOÃO BOSCO VAZ:** Não vai ter enrolação porque nós vamos votar, porque o Simpa teve grandeza, o Simpa soube se colocar, o Prefeito Fortunati soube negociar, então não adianta ficar aqui vaiando, tem que saber ouvir. Vamos ouvir! Vamos aprovar. (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) Tinham que ter reclamado, mas não reclamaram, mas nós vamos votar favoravelmente.

(Manifestações nas galerias.)

**O SR. JOÃO BOSCO VAZ:** Agora, há alguns Vereadores do PT, e não são todos, que acham que são os donos desse projeto, e não são. Eu respeito, por exemplo, a luta da Ver.<sup>a</sup> Sofia, porque ela sempre se posicionou a favor dos funcionários. Agora, há Vereador aqui da oposição que quer pegar esse trem da Ver.<sup>a</sup> Sofia, mas não vai pegar! Tem que ter coerência, e a Ver.<sup>a</sup> Sofia sempre teve coerência nessa briga aqui. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** O Ver. Dr. Thiago está com a palavra para discutir o PLCE nº 014/15.

---

**O SR. DR. THIAGO:** Caros colegas Vereadores e Vereadoras, caros municipais presentes na nossa Sessão plenária de hoje, vou ser bem breve. Quero saudar o entendimento, quero saudar a intermediação desta Casa. Por mais de uma vez, durante esse período de paralisação, eu vi a presidência desta Casa, na sua pessoa, Ver. Mauro Pinheiro, empenhada no entendimento; Ver. Kevin Krieger, Ver.<sup>a</sup> Sofia, enfim, diversos Vereadores empenhados na construção de uma saída que fosse sem perda nenhuma para os municipais e que realmente fosse factível. E eu, que tenho sido um crítico bastante áspero, Ver. Nereu, da gestão em muitos momentos, tenho que, neste momento, reconhecer o grande esforço de entendimento que foi feito aqui. Eu acho que os grandes vitoriosos desse processo são os municipais, é o Simpa, é a Prefeitura (Palmas.), que conseguem, a partir de um projeto construído com todos, acabar com a desarmonia que estava ocorrendo.

Eu, todos sabem, por coerência, não votei favorável ao projeto dos fazendários, porque entendia, naquele momento, que não era o melhor a ser feito. Votei com a minha consciência, como sempre faço, eu entendia que, naquele momento, aquele projeto estava numa posição deslocada, estava malcolocado. E quero saudar, porque aquele alerta feito aqui – eu fui um dos Vereadores, não fui o único; muitos fizeram aquele alerta, até muitos que votaram favoravelmente – acabou também, com o esforço e o entendimento de todos, redundando neste momento de hoje. Então, sim, é claro, votarei com muito orgulho, favoravelmente ao projeto. Saúdo os meus colegas municipais. Obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** A Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon está com a palavra para discutir o PLCE nº 014/15.

**A SRA. SOFIA CAVEDON:** Sr. Presidente, Ver. Mauro; são dois projetos, mas eu vou fazer a fala em relação a apenas um só. Nós não vamos aqui fazer uma tarde inteira de discurso, porque eu tenho certeza de que não será a versão que nós dermos nesta tribuna que vai prevalecer, porque os municipais e as municipais têm sido protagonistas e testemunhas da história da sua carreira, da sua vida, dos embates que têm. Nós sabemos que vocês acompanham todos esses anos, estão lá na frente da

---

Prefeitura, estão aqui na Câmara a cada votação importante, sabem o que aconteceu e têm inteligência suficiente que não permite que ninguém os subestime ou as subestime. (Palmas.)

E tanto que eu queria compartilhar isso. Eu me emociono, porque essa categoria é uma categoria que nos orgulha muito. Eu assisti a uma aula agora: as assembleias do Simpa, durante a greve, paravam, faziam grupos, discutindo por região, por escola, por turma, davam relatos, tomavam decisões horizontalmente. É outro tempo! Um tempo em que ninguém mais manipula ninguém, em que a nossa categoria tem clareza do que está em jogo – tem clareza do que está em jogo. E eu acho que não vale aqui fazer o debate, nós não vamos aqui partidizar o debate, porque eu poderia dizer que nós tivemos limites. Mas nós pagamos a bimestralidade por mais de dez anos, e nenhuma categoria no País teve isso, e isso deu uma condição importante, que chegou num limite. E poderíamos dizer que quem ganhou eleição depois prometeu pagar e devolver a bimestralidade – prometeu. (Palmas.) E eu gostaria que não tornássemos a fazer este debate, porque hoje o debate é outro. O debate é outro, essa construção da categoria municipal... O Dalvin aqui foi homenageado muitas vezes, eu também quero abraçá-lo, como outros colegas valorosos, que nos deram apoio técnico, porque quem somos nós para sabermos no detalhe o que vai dar? É muito difícil saber, no detalhe, o que vai dar uma mudança em cada letrinha, em cada percentual nessa vasta e complicada legislação, e a gente está aqui confiando que foi feita com lupa pelos nossos colegas técnicos que nos representam nesse debate. Falo que “nos” representam, porque eu sou também uma municipalidade em final de carreira.

Essa construção é uma construção que todos nós temos noção de que não deveria ser resultado da greve. Deveria ter sido feita antes, fraternalmente, de forma dialogada com a Prefeitura, se ela fosse, de fato, verdadeiramente defensora dos municipais, como dizia que era. E, na greve, nós queríamos a recuperação integral dos salários, porque é direito do trabalhador retirar a inflação; não repor inflação é confisco – é confisco! Quero fazer essa fala aqui, porque foi valorosa a greve, os municipais saíram da greve com muita dúvida, mas com muita seriedade, com muita consequência, acreditando que este dia ia acontecer. Hoje esse dia aqui encerra um ano de angústia, encerra um monte de insegurança sobre a nossa vida, sobre a nossa aposentadoria, sobre as nossas carreiras, sobre investimentos que fazemos em formação, que vocês fazem em informação.

---

Então eu quero encerrar dizendo que nós, Vereadores, a maioria da Câmara não foi bem no dia da Fazenda, foi muito mal. Havia funcionários que choravam no outro dia, na caminhada, choravam indignados, choravam porque nós tínhamos e temos salários abaixo do salário mínimo, e não é justo uma parte da categoria ter salários polpudos, volumosos e mais e mais porque são estratégicos, e estratégico é cada um e cada uma que fazem o serviço público lá na ponta maravilhoso. Acho que nesse dia a Câmara foi muito mal! A Câmara poderia corrigir o que mal faz o Executivo. Não corrigiu. E, hoje, sim: hoje o conjunto dos Vereadores, que muitas vezes intermediou aqui crises, limites – Ver. Kevin, mas eu falo de todas as bancadas – da relação Governo/Executivo, esta Casa hoje não faltará. Mediu na greve, não faltará. E nós encerraremos o ciclo para que os municipais partam para um novo ciclo de conquistas e de construção dessa bela categoria e do serviço público de Porto Alegre. Parabéns para vocês!

(Não revisado pela oradora.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** O Ver. Delegado Cleiton está com a palavra para discutir o PLCE nº 014/15.

**O SR. DELEGADO CLEITON:** Sr. Presidente, Srs. Vereadores, funcionários do Município, representantes do Sindicato, aqui estamos avaliando, e acho que este é o momento de vibrarmos e saudarmos a construção que foi feita. A greve existe, e por que não a usar? É uma forma de pressão. Eu sempre digo aqui, muitas vezes repito: reivindicação e feijão, só na base da pressão – e foi utilizada. Foi utilizada muito bem. Parabéns ao Sindicato, parabéns à luta de quem foi para a rua, parabéns à luta de quem se mobilizou, mas a história sempre tem os dois lados, que acho que nós devemos avaliar: há o lado da sensibilidade, há o lado de rever elementos de construção, há o lado de rever se estávamos certos ou errados. E isso o Governo fez! Reviu os seus conceitos, sentou à mesa de negociações. Senhores, aqui está falando alguém que participou das negociações, que, num domingo chuvoso, das 17h às 21h, estava lá tentando negociar. Senhores, aqui quem está falando também é um funcionário público, alguém que, ontem, estava nas ruas reivindicando melhores salários, alguém que também participou de uma passeata, alguém que respeita os senhores, alguém que teve a cara, o nome exposto e não reclamou, porque faz parte do jogo.



---

Então, estamos aqui, neste momento, para saudar a construção; um construção em que ambas as partes saíram feridas, mas ambas as partes, hoje, têm o que dizer: nós ganhamos, porque nós vamos votar esse Projeto, nós vamos votar um Projeto que é de luta, de luta dos senhores e da sensibilidade do Governo.

Subo aqui com o maior respeito que tenho, para dizer que nessa construção houve, sim, uma vitória, que é a vitória do funcionalismo, a vitória de perdas que não tivemos. Agradeço pela forma respeitosa que o Sindicato e seus funcionários tiveram sempre com a minha pessoa. Digo aos senhores que, apesar de fazer parte do jogo, acho que eu não merecia aquele cartaz dizendo que sou traidor dos municipais. Obrigado, senhores.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** O Ver. Kevin Krieger está com a palavra para discutir o PLCE nº 014/15.

**O SR. KEVIN KRIEGER:** Boa tarde, Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, direção do Simpa, servidores públicos que estão nas galerias da Câmara e quem está nos assistindo em casa. Rapidamente, Ver.<sup>a</sup> Sofia, vou falar sobre uma questão que eu acho fundamental. Eu ouvi, na tua fala, que, se o Governo realmente fosse defensor dos municipais, já teria trabalhado isso no ano passado. Eu quero discordar de ti, com todo o respeito que tenho pela oposição e pelo trabalho que a gente vem fazendo ao longo dos últimos meses e que o Ver. Ferronato fez ao longo dos últimos dois anos. O Prefeito Fortunati defendeu os servidores em 1ª instância; a Procuradoria-Geral do Município defendeu os servidores em 2ª instância e procurou defender no Supremo Tribunal Federal. O Prefeito Fortunati, que foi até o Supremo Tribunal Federal conversar com a Ministra Rosa Weber, tentando reverter esse processo, escutou da ministra que não teria solução, que precisávamos buscar uma solução, por lei, na Câmara de Vereadores.

No ano passado, foi encaminhado para cá um projeto que tratava sobre o efeito cascata, do qual o Simpa discordou. Projeto que vocês entendiam como abono, e o Governo entendeu. Presidente, o Sindicato entendeu que aquele projeto do efeito cascata não era o correto e o entendia como abono. Durante o período da greve - posso dizer que estive à frente junto com o Vice-Prefeito Sebastião Melo em diversas reuniões com o Simpa e com o comando de greve - isso foi colocado como prioridade número um, que o Governo tinha

---

que ser sensível para construir um projeto entre os técnicos do Governo, o Governo e o sindicato. Nas primeiras reuniões, foi buscada essa solução. Foi prometido que em 30 dias, após a primeira reunião com o Sindicato, esse projeto estaria na Câmara de Vereadores. E é o projeto que estamos discutindo hoje; inclusive chegou uma mensagem retificativa, solicitada pelo Simpa que gostaria de pequenas mudanças em algumas palavras. O Governo mais uma vez foi sensível em escutar e fez essa retificativa. Respeito as manifestações de vocês, mas esse é um processo que está desde 1998 e está sendo solucionado em 2015. Podem ter certeza que vai ficar na história que foi o nosso Governo que resolveu essa situação.

(Não revisado pelo orador.)

**O Sr. João Bosco Vaz:** Sr. Presidente, nós, até agora, temos mantido o equilíbrio e não estamos sendo respeitados pelas galerias. Nós vamos tirar o quórum e não vamos votar se continuarem assim.

(Manifestações nas galerias.)

**O Sr. Bernardino Vendruscolo (Requerimento):** Sr. Presidente, solicito verificação de quórum.

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, solicitada pelo Ver. Bernardino Vendruscolo. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Doze Vereadores presentes. Não há quórum.

(15h58min) Encerrada a Ordem do Dia.

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** Convido os Líderes partidários, que ainda estão presentes no plenário, para virem até a Mesa. (Pausa.) Por acordo com os Líderes, vamos suspender os trabalhos para tentar buscar um acordo ou uma solução para a Sessão.

(Suspendem-se os trabalhos às 16h01min.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** (16h34min) Estão reabertos os trabalhos. Nós vamos encerrar esta Sessão e, por acordo dos Líderes, vamos abrir uma Sessão Extraordinária para retomarmos a votação do PLCE nº 014/15. Está encerrada a Ordem do Dia e os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 16h35min.)